



PROCLAMAÇÃO

12 MEDIDAS URGENTES E ESTRUTURAIS PARA DEFENDER A PRODUÇÃO NACIONAL, A AGRICULTURA, AS FLORESTAS E O MEIO RURAL

A agricultura portuguesa, em particular os pequenos e médios agricultores familiares, bem como as florestas e os baldios, encontram-se numa situação de agravamento dos problemas com que se vêm debatendo há décadas. O encerramento de milhares de explorações, a desertificação dos territórios rurais, a degradação das florestas, continuam a marcar esta evolução profundamente negativa, com raízes nas opções políticas tomadas pelos governos do país, mas também pelas consequências negativas de uma PAC – Política Agrícola Comum – ao serviço do grande agronegócio europeu.

A degradação da situação acelerou vertiginosamente com os aumentos brutais dos preços dos factores de produção (combustíveis, energia, fertilizantes, fitofármacos, rações e sementes), que se faz sentir desde o último trimestre do ano passado. À especulação desencadeada pelas grandes corporações multinacionais, vieram juntar-se as consequências da guerra, das sanções económicas e da seca.

Contudo, estamos perante problemas que têm solução. Há medidas urgentes e estruturais para serem tomadas. Elas apenas dependem das opções políticas dos governos. Cabe aos agricultores, aos produtores florestais, em particular aos pequenos e médios, aos compartes dos baldios, lutar e reclamar a aplicação urgente destas medidas. E que estas sejam implementadas tendo como norte a concretização da Soberania Alimentar em Portugal, a defesa da produção nacional, agrícola e florestal, a defesa dos pequenos e médios agricultores e produtores florestais, a defesa do meio rural.

Reclamamos por isso a imediata concretização das medidas que a seguir enumeramos.

- 1- Defender a produção com escoamento a preços justos
 - a. Proibir venda com prejuízos ao longo de toda a cadeia agroalimentar
 - b. Implementar um programa de compras públicas de produtos locais e da Agricultura Familiar
 - c. Promover os mercados locais e circuitos curtos de comercialização
 - d. Regular e fiscalizar a grande distribuição

- 2- Combater os elevados custos dos factores de produção
 - a. Regular preços de energia e combustíveis
 - b. Aumentar descontos no gasóleo e electricidade verde
 - c. Intervir nos mercados de fertilizantes, fitofármacos, sementes e alimentação animal

- 3- Uma aplicação da PAC mais justa para os pequenos e médios agricultores
 - a. Revogar o corte no Regime da Pequena Agricultura
 - b. Implementar eco-regimes e medidas agroambientais adaptadas à pequena e média agricultura
- 4- Concretizar plenamente o Estatuto da Agricultura Familiar
- 5- Combater os prejuízos provocados por animais selvagens
 - a. Indemnizar os agricultores pelos prejuízos com javalis, herbívoros de grande porte, lobos e cães assilvestrados
 - b. Promover medidas de controlo das populações de animais selvagens
- 6- Defender a floresta e os baldios
 - a. Promover preços justos para a madeira e a cortiça
 - b. Apoiar a floresta multifuncional e de uso múltiplo
 - c. Defender a natureza comunitária dos baldios
 - d. Acabar com a discriminação dos baldios no acesso a apoios
- 7- Concretizar as eleições na Casa do Douro, devolvendo-a aos viticultores durienses
- 8- Aumentar a produção nacional, diminuir a dependência externa
 - a. Aumentar a produção de cereais
 - b. Apoiar os sistemas produtivos mais bem-adaptados a cada região
- 9- Defender o acesso à terra e o rejuvenescimento da agricultura
 - a. Combater a concentração da terra e a especulação em torno de usos não agrícolas
 - b. Combater a proliferação das monoculturas superintensivas
 - c. Garantir o acesso prioritário dos pequenos e médios agricultores à terra
- 10- Mais e melhores serviços públicos nos territórios rurais
 - a. Centros de saúde
 - b. Escolas
 - c. Transportes públicos
 - d. Correios e telecomunicações
 - e. Apoio técnico aos agricultores
- 11- Valorizar as mulheres agricultoras
- 12- Um só Ministério para a Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural